Reflexão do Grupo de Trabalho para a Saúde na RAM

A importância de uma nova Unidade Hospitalar para o Serviço Regional de Saúde

Em Fevereiro de 2011, o Concelho de Governo, através da resolução 180/2011, "*Suspende todos os actos relacionados com a concretização de uma nova unidade hospitalar em São Martinho, quer quanto à elaboração dos projectos, quer quanto à aquisição de terrenos*".

Na sequência desta decisão, as organizações profissionais dos Médicos e Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, na observância das suas competências e atribuições éticas, legais e sociais reuniram, no sentido de reflectir acerca das suas implicações na qualidade dos cuidados de saúde a prestar à população.

Neste contexto, decidiram elaborar o presente documento, o qual expressa as suas principais preocupações relativamente ao estado da actual estrutura e das reais limitações da sua remodelação/ampliação. Pretende ainda destacar as vantagens da construção de um novo edifício, contemplando os mais recentes conceitos de engenharia e arquitectura hospitalar.

O Hospital Central do Funchal, uma das obras mais importantes da Região Autónoma da Madeira (RAM), tem desempenhado um papel fundamental na prestação de cuidados de saúde à população. No entanto, o seu conceito arquitectónico e tecnológico data dos anos cinquenta. As actuais instalações distribuem-se por vários edifícios, sujeitos a três décadas de contínuas remodelações e ampliações, algumas pouco organizadas, mal estruturadas, sem intercomunicabilidade e sujeitas, a curto prazo, a maiores custos de manutenção.

As limitações estruturais e arquitectónicas, a implementação numa zona urbana com acessibilidades por vezes difíceis, sem capacidade de crescimento, colidem com os mais recentes conceitos de engenharia hospitalar. Com instalações inadequadas como as actuais, não é possível conjugar o respeito pela dignidade dos utentes e profissionais com a eficiência, a expansão com a flexibilidade, a segurança com a adaptação a novas ameaças e a fluidez com o controle.

Embora desconhecendo eventuais estudos que suportem a decisão de abandono do projecto de construção do novo hospital e face à experiência de contínuas remodelações/ampliações e ao estado actual do Hospital Dr Nélio Mendonça, constatamos:

- Ausência de condições mínimas de segurança física e biológica para os doentes e profissionais de saúde;
- Existência de elevado risco de incêndio, sem condições adequadas para a sua prevenção e combate, bem como para a evacuação das eventuais vítimas;
- Carência de condições de funcionalidade, ergonomia, salubridade, climatização, tratamento do ar, humanismo e respeito pelos direitos dos doentes;

- Impossibilidade estrutural para instalação de corredores técnicos;
- Exiguidade de espaço, número insuficiente e impossibilidade de instalação de mais elevadores;
- Evidente insuficiência e impossibilidade de construção de novas instalações sanitárias para os doentes;
- Impossibilidade estrutural para dotar o Hospital de espaços necessários para salas de trabalho, de formação/investigação ou de reunião para os profissionais e estudantes próximo do ponto de cuidados, bem como de espaços para arrumação;
- Inviabilidade de criação de espaços para vestiários dignos para os profissionais e estudantes de saúde;
- Impossibilidade de instalação dos serviços actualmente sediados no Hospital dos Marmeleiros num local contíguo e facilmente acessível aos restantes serviços hospitalares;
- Dificuldade na acessibilidade rodoviária e aérea, ao actual Hospital Dr. Nélio Mendonça e distanciamento do Serviço de Radioterapia de Santa Rita.

Consideramos que o planeamento de uma unidade hospitalar, destinada a servir uma população residente de cerca de 270.000 habitantes e um crescente número de pessoas em passagem pela região, numa lógica obrigatória de estrutura de "fim de linha", grande consumidora de recursos e sujeita a constantes pressões de mudança, deve concentrar a tecnologia adequada. Esta deve considerar as necessidades identificadas da população, tendo em conta critérios de necessidade e igualdade no acesso, desenvolvendo, obrigatoriamente, uma adequada resposta aos problemas do presente e uma visão que, privilegiando a segurança, a eficiência, a efectividade, a equidade, a acessibilidade e a continuidade dos cuidados, esteja adequada ao presente e preparada para os desafios do futuro.

Assim uma nova unidade hospitalar deve:

- Estar integrada no ambiente, proporcionar espaços verdes e de contacto com o meio ambiente, longe de ruídos, possuir tecnologias que respeitem o ambiente e energeticamente eficientes;
- Acompanhar a evolução científica e tecnológica;
- Beneficiar da experiência adquirida, com unidades modernas em condições similares disponíveis noutras regiões do país e do mundo;
- Prever o aumento da longevidade das populações, que necessitarão de cuidados mais diferenciados e em maior número;
- Agregar um modelo holístico nas várias componentes estruturais e na prestação de cuidados, aprofundando as abordagens multidisciplinares tendo em vista a progressiva melhoria da qualidade;

- Antecipar o aparecimento de novas doenças e eventuais acidentes ou catástrofes, susceptíveis de ocorrer no meio insular atlântico acidentado, ligado ao resto do País e do Mundo por vias aérea e marítima exclusivas.

Finalmente temos a salientar que, numa Região que apostou no ensino da Medicina e da Enfermagem, não existirem condições adequadas para o ensino, a investigação e a boa *praxis* é um contra-senso que compromete o presente e invalida o futuro.

A nova unidade constituirá um ganho na Saúde para toda a população da RAM, com melhores condições de atendimento aos utentes, melhoria das condições de trabalho para os profissionais e melhor gestão e rentabilização dos recursos, propiciando o necessário potencial de crescimento. Só assim será possível continuar a oferecer cuidados de saúde de excelência.

Neste sentido, as organizações representantes dos Médicos e Enfermeiros da RAM, cientes da imprescindibilidade de uma nova estrutura hospitalar e das limitações económicas actuais, sugerem que se considere a hipótese de construção faseada ou, pelo menos, se mantenha a reserva do espaço já previsto para a sua construção em Santa Rita.

Reafirmam a sua disponibilidade para prestar toda a colaboração técnica que, nas diferentes fases do projecto e construção seja requerida por Vossas Excelências, na certeza que, do aprofundado conhecimento da realidade hospitalar que possuem, poderão constituir uma mais-valia para tão importante empreendimento.

Subscrevemo-nos atenciosamente.

Funchal, 19 de Maio de 2011.

Os representantes das Organizações Profissionais:

Ordem dos Enfermeiros

Ordem dos Médicos

Federação Nacional dos Médicos

Sindicato dos Enfermeiros

Sindicato Independente dos Médicos